

Mais velhos que não trabalham terão dificuldades com a reforma

► A reforma da Previdência, que começou a tramitar no Congresso com a proposta de estabelecer idade mínima de 62 (mulher) e 65 anos (homem) para a aposentadoria e aumento de 15 para 20 anos no tempo mínimo de contribuição, vai obrigar o brasileiro, caso seja aprovada, a ficar mais tempo no mercado de trabalho. Esse desafio será ainda maior para um segmento da população que não para de crescer: pessoas entre 50 e 64 anos que não trabalham e nem estão aposentados. São os chamados nem nem maduros. Se-

PERFIL

Grupo conta com pessoas sem instrução, com pouco tempo de trabalho formal

gundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esse contingente dobrou nas duas últimas décadas, chegando a 7,3 milhões de brasileiros em 2017, dado mais recente disponível. Em comum eles têm a baixa escolaridade, que dificulta o acesso ao emprego formal.

Segundo a pesquisadora, os homens são mais vulneráveis à pobreza porque geralmente as mulheres sem trabalho e sem aposentadoria nessa faixa etária estão inseridas em arranjos familiares de apoio. Contam com a renda do marido ou têm maior assistência de filhos e outros parentes. Os homens sem tra-

balho e sem escolaridade nessa faixa etária são responsáveis pela renda da família ou vivem sozinhos.

José Santos Oliveira, de 59 anos, e Carlos dos Santos, 61, têm perfis típicos desse grupo. Moradores de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, ambos nasceram no interior da Bahia. Migraram já adultos em busca de trabalho, mas as dificuldades para conseguir emprego sempre os acompanhou por causa da pouca instrução.

Carlos, que tem problemas de memória e limitações motoras decorrentes de um acidente vascular cerebral, tem sonho modesto.

— Queria pelo menos ter dinheiro para comprar pés de galinha, que gosto de comer — lamentou.



Aos 61 anos, Carlos dos Santos tem problemas de memória

Benefício não é conhecido

► Tanto José Santos, quanto Carlos dos Santos dizem desconhecer o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que tende a ser a principal saída para quem envelhece na pobreza e sem contribuição mínima para se aposentar.

Atualmente, idosos nessa situação e famílias de baixa renda têm direito a um salário-mínimo (R\$ 998) a partir dos 65 anos, um tipo de BPC. A reforma prevê que o BPC seja antecipado para os 60 anos, o que poderia beneficiar gente

como José e Carlos com uma renda fixa mais cedo, mas com benefício menor: R\$ 400. Pela proposta enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso, só quando o beneficiário completar 70 anos passará a receber o mínimo. É um dos pontos da reforma que mais têm recebido críticas de parlamentares.

Segundo o governo federal, o BPC tinha 4,5 milhões de beneficiários em 2017 (sendo 2 milhões de idosos e 2,5 milhões de pessoas com deficiência), o que representa um crescimento de 1.200% em rela-

ção aos atendidos em 1996.

Especialistas alertam que o país precisa investir em políticas públicas como educação e qualificação profissional para promover a inserção social dos nem nem maduros, sob pena de dependência dos benefícios continuados.

— O BPC é mais comum entre os analfabetos, sem nenhuma instrução. Funciona como uma espécie de compensação pela deficiência do estado de oferecer educação — diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social. ►